

CERCAS ALTAS NÃO PRODUZEM BONS VIZINHOS

Messaoud Romdhani

- *Como as políticas migratórias repressivas da União Europeia servem para fortalecer as redes de contrabando e resultam em mais mortes no Mediterrâneo*

RESUMO

Com o objetivo de combater a imigração irregular, as chamadas políticas de “Blindagem da Europa” vêm recorrendo a controles fronteiriços mais rigorosos e aumentando a “militarização” do mar Mediterrâneo. Tais medidas não resultam numa diminuição do número de migrantes que chegam à Europa, mas em impostos mais elevados, uma maior dependência de contrabandistas inescrupulosos e uma taxa de mortalidade mais elevada.

Neste artigo, Messaoud Romdhani discute resumidamente como a Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e a Tunísia, e a Agenda Europeia da Migração não diminuíram a migração irregular do Norte da África para a Europa, nem reduziram o número de mortes no mar Mediterrâneo.

Romdhani alega que, ao culpar os contrabandistas pela migração irregular e consequentes afogamentos, os fatores que levam as pessoas a tomarem a decisão mais importante de suas vidas são ignorados. Isso também desvia a atenção da responsabilidade dos governos europeus pelas milhares de mortes no Mediterrâneo todos os anos.

PALAVRAS-CHAVE

Contrabando de migrantes | Tunísia | Europa | Parceria para a Mobilidade | Migração | Securitização

Há muito tempo, a Bacia do Mediterrâneo é considerada um berço para diferentes civilizações conectando pessoas e culturas diferentes. No entanto, atualmente, o aumento dos sistemas de vigilância visam impedir migrantes que procuram uma vida melhor de chegar à Europa e refugiados que estão fugindo de guerras, perseguições e desastres ecológicos de obter proteção. Esses aparatos de segurança têm tornado essa “região central” um cemitério para dezenas de milhares de pessoas.¹

Apesar das restrições geradas pelo regime de vistos da Europa na década de 1990, que também resultou no aumento dos controles nas fronteiras e militarização do mar Mediterrâneo,² um grande número de migrantes irregulares e refugiados do Norte da África e África Subsaariana continua tentando ter acesso à Europa, geralmente por barco. No entanto, o que diversas pessoas ignoram são os altos custos que essas pessoas pagam - tanto financeiros, como pessoais - para entrar nesses barcos lotados, arriscando suas próprias vidas e enchendo os bolsos dos contrabandistas. E o paradoxo é: quanto mais medidas de segurança são tomadas contra migrantes e refugiados, mais eles se tornam dependentes dos contrabandistas e mais estes se tornam poderosos. Este curto artigo de opinião discute brevemente duas políticas centrais da União Europeia (UE) - a Parceria para a Mobilidade entre a UE e a Tunísia, e a Agenda Europeia da Migração - demonstrando que a ênfase excessiva na securitização da migração, na verdade, leva a um aumento do contrabando de migrantes - ao invés de redução - o que resulta em cada vez mais vidas sendo perdidas no mar.

Em geral, essa política de “Blindagem da Europa”³ tem dois grandes ganhadores: as grandes empresas que prestam serviços de segurança e os contrabandistas de migrantes que vêm aumentando constantemente o valor que eles cobram para evadir as medidas de segurança que estão sendo implementadas. E os dois grandes perdedores são os contribuintes europeus que vêm gastando bilhões de euros em um sistema de policiamento que está destinado ao fracasso e os valores de direitos humanos. Devemos sempre lembrar que aqueles que viajam à Europa acreditam que o continente respeita os direitos humanos, a democracia e os direitos das minorias. Levemos em consideração, por exemplo, os jovens do Norte da África: muitos deles sofrem com o desemprego⁴ e falta de quaisquer perspectivas concretas. A Europa é o “Eldorado” desses jovens e sempre foi.

Em particular, analisando a Tunísia, mais de 10% da população do país vive e trabalha no exterior, principalmente no sul da Europa.⁵ Milhares de jovens, desapontados com o fato de que a revolução de 14 de janeiro de 2011 não alterou as condições de vida da maneira que eles esperavam, se lançaram ao mar: de acordo com estatísticas do *Forum Tunisien pour les Droits Economiques et Sociaux* (FTDES, na denominação original em francês), apenas em 2011, cerca de 40 mil migrantes tunisianos cruzaram o Canal da Sicília em direção à Itália. Durante o mesmo ano, de mil e quinhentos a dois mil migrantes morreram ou desapareceram no mar Mediterrâneo.⁶ Esta foi a época na qual as forças da OTAN estavam travando uma guerra na Líbia, nesse período mais de cem aviões de combate, vinte fragatas e vários navios de apoio estavam patrulhando o mar Mediterrâneo. Conforme observado por Hein de Haas e Nando Sigona: “a ocorrência das mortes de cerca de dois mil migrantes, somente em 2011,

em uma época na qual o mar Mediterrâneo tinha se tornado uma das áreas mais militarizadas e fortemente patrulhadas do mundo, é um sinal gritante da lacuna entre a retórica da UE e sua verdadeira prática em relação ao desenvolvimento e aos direitos humanos”.⁷

A Tunísia é uma porta de entrada para a Europa para muitos africanos subsaarianos. Desde a virada do século XXI, um número crescente de pessoas aproveitou a ausência da exigência de visto de entrada na Tunísia para diversas nações da África Subsaariana, o que permitiu que muitos migrantes ficassem na Tunísia legalmente por três meses antes de seguir para a Europa, seja pela Sicília ou Lampedusa.

A guerra na Líbia em 2011 apresentou um desafio concreto, já que centenas de milhares de migrantes cruzaram a fronteira da Líbia para a Tunísia.⁸ Medidas de emergência foram necessárias para fornecer alimentação, alojamento e provisões médicas. Embora a Tunísia tenha ratificado a Convenção de Genebra, ela ainda não estabeleceu um sistema de proteção aos refugiados. O campo de refugiados de Choucha no sul da Tunísia, que abrigava milhares de migrantes da África Subsaariana foi fechado em 2013: cerca de quatro mil pessoas receberam o status de refugiado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) - a única autoridade no país que processa pedidos de refúgio - enquanto outros migrantes foram forçados a serem repatriados aos seus países de origem, porque eles não receberam uma autorização de residência na Tunísia. Mas para a maioria dos migrantes da África Subsaariana que costumavam trabalhar e morar na Líbia, a Tunísia não era o destino final. Muitos se lançaram ao mar Mediterrâneo em direção ao litoral da Itália, com consequências fatais. Após a tragédia do naufrágio de 3 de outubro de 2013, quando 366 migrantes morreram no mar Mediterrâneo, Cecilia Malmström, a então Comissária Europeia para Assuntos Internos, descreveu como a Europa precisava “intensificar esforços para combater as redes criminosas que exploram o desespero humano” a fim de não colocar “vidas humanas em situação de risco em pequenas embarcações superlotadas e sem condições de navegação”.⁹

1 • Parceria para a Mobilidade

Um tipo desses esforços para responder a esse fluxo contínuo de migrantes em situação irregular foi a Parceria para a Mobilidade entre a UE e a Tunísia estabelecida em março de 2014 que “visa facilitar a circulação de pessoas entre a UE e a Tunísia e promover uma gestão conjunta e responsável dos fluxos migratórios vigentes, inclusive por meio da simplificação dos procedimentos à concessão de vistos”.¹⁰ As principais organizações da sociedade civil na Tunísia vêm denunciando a falta de transparência desta Parceria, uma vez que ela foi negociada com a ausência total da sociedade civil.¹¹ No momento presente, a Parceria para a Mobilidade não faz jus a seu nome. Ao invés de mobilidade, na realidade, ela promove uma “política eficaz de retorno e readmissão”.¹² Embora se reivindique que isto é feito “respeitando os direitos humanos e instrumentos internacionais de proteção dos refugiados”,¹³ não está claro como isto pode ser possível, já que a Tunísia continua sem possuir uma lei de refúgio para determinar o status de refugiado e, sendo que o país detém migrantes irregulares, tanto dentro

de centros de detenção de migrantes, bem como no sistema prisional convencional.¹⁴ Além disso, a Parceria não oferece nenhuma perspectiva para que os cidadãos tunisianos obtenham um acesso legal à UE. Os vistos para a UE estão limitados somente aos cidadãos e profissionais mais qualificados, que na prática já têm a possibilidade de ter acesso à Europa. Ela não oferece qualquer perspectiva favorável às centenas de milhares de jovens desempregados, que sonham com uma vida melhor e buscam oportunidades concretas na Europa. Consequentemente, a única opção desses jovens continua a ser uma viagem extremamente perigosa e clandestina pelo Mediterrâneo, o que leva a um crescente número de mortes.

Na prática, a Parceria para a Mobilidade não foi capaz de produzir qualquer redução no número de migrantes irregulares que cruzam o Mediterrâneo, o ano de 2015 registrou o maior número já visto de chegadas pelo mar (1.015.078) - e consequentemente de mortes (3.771).¹⁵

2 • Agenda Europeia da Migração

A fim de abordar tais “tragédias humanas” a UE decidiu “tomar medidas imediatas” com uma Agenda Europeia da Migração, anunciada em maio de 2015.¹⁶ No entanto, a Agenda evidencia a forma como a UE continua a ver a questão dos migrantes através de uma lente securitista ao invés de uma lente de direitos humanos. Por exemplo, o seu objetivo a curto prazo “de evitar mais perdas de vidas no mar” será alcançado aumentando o financiamento em várias áreas, inclusive pelo policiamento do Mediterrâneo por meio da FRONTEX, a agência europeia de fronteiras, bem como pelo desenvolvimento da FRONTEX, por meio do Serviço Europeu de Polícia (Europol), como um ponto focal de inteligência para “capturar e desmantelar barcos” no Mediterrâneo.¹⁷ Essa ênfase na securitização, além de não adotar uma abordagem baseada em direitos, também é encontrada nos quatro pilares que estabelecem o plano a longo prazo da Agenda. Uma ênfase excessiva na “redução dos incentivos à migração irregular” e “segurança das fronteiras externas” resulta em uma falta de ênfase no fornecimento de vias legais de acesso à Europa. Na verdade, qualquer discussão sobre a migração legal está focada em grande parte em “atrair trabalhadores que a economia da UE precisa”.¹⁸ A consequência de continuar a restringir o acesso legal apenas resultará em um aumento na atividade de contrabando de migrantes. E embora o “desmantelamento das redes de contrabando e tráfico” faça, acertadamente, parte da equação, o foco em um bode expiatório tão conveniente desvia a atenção da responsabilidade da UE pelas mortes no mar.

O aumento do controle das fronteiras e a luta contra as redes de contrabando não vão impedir migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio de se lançarem ao mar, à custa de suas vidas. Essas medidas apenas os obriga a procurar outros pontos para atravessar o mar Mediterrâneo e aumentam a dependência deles em relação aos contrabandistas. Conforme observado pelo CEPS, um *thinktank* com sede em Bruxelas, “a forma mais eficiente de combater as atividades dos contrabandistas é fornecer maneiras mais seguras, flexíveis e baratas para que as pessoas viajem.”¹⁹ Portanto, é crucial que a UE reavalie seu foco na securitização da migração no Mediterrâneo em prol de uma abordagem baseada em direitos.

Uma sociedade civil vigilante na Tunísia continuará a pressionar os governos de ambos os lados do Mediterrâneo, a fim de ter uma parceria justa e equânime com a Europa - e pedimos que a sociedade civil europeia faça o mesmo. Qualquer parceria entre a UE e a Tunísia deve ser uma parceria que respeite as convenções internacionais relativas aos direitos fundamentais dos migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio, e que resulte em políticas que ofereçam um melhor acesso à Europa, oferecendo assim uma alternativa real aos contrabandistas de migrantes.

NOTAS

- 1 • “Watery deathtrap: Mediterranean migration routes to EU killing 10s of 1,000s over decades,” RT News, 13 set. 2015, acesso em 23 mai. 2016, <https://www.rt.com/news/315202-deadly-mediterranean-migration-routes/>.
- 2 • Katharina Natter, “Revolution and Political Transition in Tunisia: A Migration Game Changer?,” Migration Policy Institute, 28 mai. 2015, acesso em 23 mai. 2016, <http://www.migrationpolicy.org/article/revolution-and-political-transition-tunisia-migration-game-changer>.
- 3 • O termo “Blindagem da Europa” (“*fortress Europe*”, em inglês) é usado coloquialmente - e, normalmente, de maneira pejorativa - para se referir às ações políticas da UE em matéria de migração.
- 4 • De acordo com os dados da OCDE, o desemprego entre os jovens atingiu 40% em 2015. Ver Jeremy Fryd, “Relatório da OCDE: Desemprego de jovens na Tunísia ‘A True Social Tragedy’”, Tunisia Live, 12 mar. 2015, acesso em 23 mai. 2016, <http://www.tunisia-live.net/2015/03/12/oecd-report-youth-unemployment-in-tunisia-a-true-social-tragedy/>.
- 5 • Stéphanie Pouessel, “Report on Tunisian Legal Emigration to the EU Modes of Integration, Policy, Institutional Frameworks and Engagement of Non-State Actors,” European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, acesso em 23 mai. 2016, <http://cadmus.eui.eu/bitstream/handle/1814/33135/INTERACT-RR-2014%20-%2022.pdf?sequence=1>.
- 6 • “Appel À Soutiens! La Mobilisation A Commencé! Première Action Du 1er Au 19 Juillet Dans Le Canal De Sicile,” Lacimade, abr. 2012, acesso em 23 mai. 2016, http://www.lacimade.org/wp-content/uploads/2012/04/boats4people_newsletter1.pdf.
- 7 • Hein de Haas e Nando Sigona, “Migration and revolution,” *Forced Migration Review*, no. 39 (June 2012):4.
- 8 • Natter, “Revolution and Political Transition in Tunisia,” 28 mai. 2015.
- 9 • Cecilia Malmström, “Tragic accident outside Lampedusa: Statement by European Commissioner for Home Affairs.,” Comissão Europeia, 3 out. 2013, acesso em 23 mai. 2016, http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-13-849_en.htm.
- 10 • “EU and Tunisia establish their Mobility Partnership,” Comissão Europeia, 3 mar. 2014, acesso em 23 mai. 2016, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-14-208_en.htm.
- 11 • “Tunisia-EU Mobility Partnership,” EuroMed Rights, 17 mar. 2014, acesso em 23 maio 2016, <http://euromedrights.org/publication/tunisia-eu-mobility-partnership/>.
- 12 • “Déclaration conjointe pour le Partenariat de Mobilité entre la Tunisie, l’Union Européenne et ses Etats Membres Participants,” preâmbulo, página 2, Comissão Europeia, acesso em 23 mai. 2016, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/e-library/documents/policies/international-affairs/general/docs/declaration_conjointe_tunisia_eu_mobility_fr.pdf.

13 • “Déclaration conjointe,” Comissão Europeia, preâmbulo, página 2.

14 • “A/HRC/23/46/Add.1 para. 60-65,” Nações Unidas, 3 mai. 2013, acesso em 23 mai. 2016, http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/libe/dv/16add_tunisia_/16add_tunisia_en.pdf.

15 • “Refugees/Migrants Emergency Response – Mediterranean,” The UN Refugee Agency, acesso em 23 mai. 2016, <http://data.unhcr.org/mediterranean/regional.php>.

16 • “Communication From The Commission To The European Parliament, The Council, The European Economic And Social Committee And The Committee Of The Regions - A European Agenda On Migration - COM(2015) 240,” Comissão

Europeia, 13 mai. 2015, acesso em 23 mai. 2016, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/background-information/docs/communication_on_the_european_agenda_on_migration_en.pdf.

17 • “European Agenda on Migration - Why a new European Agenda on Migration?,” Comissão Europeia, 29 out. 2015, acesso em 23 mai. 2016, http://ec.europa.eu/dgs/home-affairs/what-we-do/policies/european-agenda-migration/index_en.htm.

18 • “COM(2015) 240 final,” 13 maio 2015, p.14; e “European Agenda on Migration”, 29 out. 2015.

19 • Sergio Carrera, “Whose European Agenda on Migration?,” CEPS, 28 mai. 2015, acesso em 23 mai. 2016, <https://www.ceps.eu/content/whose-european-agenda-migration>.



MESSAOU ROMDHANI – *Tunísia*

Messaoud Romdhani é membro do Comitê Executivo da rede de organizações Euromed Rights, vice-presidente da organização La ligue Tunisienne pour la défense des droits de l'homme (LTDH, na denominação original em francês) e membro fundador do Forum Tunisien pour les Droits Economiques et Sociaux (FTDES, na denominação original em francês). Messaoud foi recentemente eleito membro do Órgão Nacional para a Prevenção da Tortura na Tunísia (L'Instance Nationale pour la Prevention de la Torture, na denominação original em francês).

contato: messaoud.romdhani@ftdes.net

Recebido em maio de 2016.

Original em inglês. Traduzido por Fernando Sciré.



“Este artigo é publicado sob a licença de Creative Commons Noncommercial Attribution-NoDerivatives 4.0 International License”